

**AVANÇOS E DESAFIOS DAS PRÁTICAS ESG NO BRASIL: UM ESTUDO COM
SEGURADORAS LISTADAS NA B3**

*ADVANCES AND CHALLENGES OF ESG PRACTICES IN BRAZIL: A STUDY WITH
INSURERS LISTED ON B3*

ED DE ALMEIDA CARLOS
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FEI

AVANÇOS E DESAFIOS DAS PRÁTICAS ESG NO BRASIL: UM ESTUDO COM SEGURADORAS LISTADAS NA B3

Objetivo do estudo

Este estudo busca analisar práticas ESG de seguradoras brasileiras listadas na B3, com vistas a identificar e aprofundar a compreensão de tais práticas, seus resultados e possíveis lacunas ou pontos de melhorias.

Relevância/originalidade

A indústria de seguros tem aderido à temática ESG por estar interligada a questões ambientais, como riscos climáticos. Adicionalmente, a conformidade com princípios de governança é essencial em seu papel social de amparar populações de baixa renda e impulsionar a poupança nacional.

Metodologia/abordagem

Pesquisa qualitativa quanto à abordagem, visando exploração e compreensão de problemas de forma mais complexa. Usou a análise documental tanto para a coleta quanto para a análise de dados dos relatos das seguradoras sobre práticas ESG em seus Relatórios de RI.

Principais resultados

Principais práticas relatadas: gestão de emissão de gases, ecoeficiência, subscrição e sinistros contemplando riscos climáticos, programas de educação socioambiental; ações de reforço da diversidade e igualdade de gênero, ações sociais junto a vulneráveis; gestão de riscos reputacionais e responsáveis pelas práticas ESG.

Contribuições teóricas/metodológicas

Associação da temática ESG às Teorias dos Stakeholders, Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e Sustentabilidade Empresarial, tendo como objeto de estudo o mercado segurador brasileiro.

Contribuições sociais/para a gestão

Aos gestores e demais interessados no mercado segurador brasileiro: avanço das discussões, projetos e ações ligadas à preservação do meio ambiente, combate a preconceitos sociais (cor, gênero, religião, etc.) e defesa de políticas de governança responsáveis e efetivas.

Palavras-chave: Práticas ESG, Mercado Segurador Brasileiro, Teoria dos Stakeholders, Sustentabilidade Empresarial, Responsabilidade Social Corporativa (RSC)

ADVANCES AND CHALLENGES OF ESG PRACTICES IN BRAZIL: A STUDY WITH INSURERS LISTED ON B3

Study purpose

This study seeks to analyze ESG practices of Brazilian insurers listed on B3, with a view to identifying and deepening the understanding of such practices, their results and possible gaps or points for improvement.

Relevance / originality

The insurance industry has adhered to the ESG theme because it is intertwined with environmental issues, such as climate risks. Additionally, compliance with governance principles is essential in its social role of supporting low-income populations and boosting national savings.

Methodology / approach

Qualitative research regarding the approach, aiming at exploring and understanding problems in a more complex way. It used desk review for both data collection and analysis of insurers' reports of ESG practices in their IR Reports.

Main results

Main practices reported: gas emission management, eco-efficiency, underwriting and claims covering climate risks, socio-environmental education programs; actions to reinforce diversity and gender equality, social actions with the vulnerable; management of reputational risks and responsible for ESG practices.

Theoretical / methodological contributions

Association of the ESG theme to Stakeholders' Theory, Corporate Social Responsibility (CSR) and Corporate Sustainability, having the Brazilian insurance market as the object of study.

Social / management contributions

To managers and other stakeholders in the Brazilian insurance market: progress in discussions, projects and actions related to the preservation of the environment, combating social prejudice (color, gender, religion, etc.) and defense of responsible and effective governance policies.

Keywords: ESG Practices, Brazilian Insurance Market, Stakeholders' Theory, Corporate Sustainability, Corporate Social Responsibility (CSR)

AVANÇOS E DESAFIOS DAS PRÁTICAS ESG NO BRASIL: UM ESTUDO COM SEGURADORAS LISTADAS NA B3

1 Introdução

A principal função do setor segurador, no Brasil e no mundo, é oferecer proteção à população em geral. Em 2022, o mercado segurador brasileiro cresceu 17,1%, arrecadando R\$ 358 bilhões, excluindo-se o setor de saúde (CNSEG, 2022), mantendo-se com elevado potencial de crescimento, mas ainda assim, ocupando apenas a 13^a posição no ranking mundial de seguros e segue sendo o 8º país com maior potencial de crescimento mundial em seguros (Mapfre Economics, 2021), sendo que a busca pela captura desse potencial passa por alguns objetivos declarados pelo mercado a serem atingidos até 2030, como aumentar a parcela da população atendida por seguros, elevar o pagamento de indenizações de 4,6% para 6,5% do Produto Interno Bruto (PIB), bem como elevar as receitas de 6,5% para 10% do PIB (CNSEG, 2023).

Historicamente, o setor de seguros brasileiro enfrenta desafios para contribuir com o desenvolvimento social e econômico, buscando maior reconhecimento na sociedade. A adoção de tecnologias avançadas busca trazer eficiência e redução de custos, mantendo o foco no atendimento a pessoas e empresas em momentos sensíveis. Soma-se a isso a busca pela constante especialização dos agentes, gerenciamento de riscos e harmonia social, alinhados com a responsabilidade ambiental e a governança corporativa, que são aspectos relevantes na busca pelo desenvolvimento sustentável e relacionados com a pauta ESG (CNSEG, 2023).

Em paralelo a tais desafios e avanços, tem ganhado destaque a discussão sobre as práticas ESG (Ambientais, Sociais e de Governança). Embora pareça ser uma tendência recente, essa preocupação remonta à década de 70, com a implementação do "Investimento Sustentável Responsável", quando fundos de investimento começaram a considerar critérios sociais em suas decisões de portfólio. O enfoque ambiental ganhou ainda mais relevância na década de 80, impulsionado por desastres como o vazamento de gases tóxicos em Bhopal, na Índia, em 1984, o acidente de Chernobyl, em 1986, e o derramamento de petróleo do Exxon Valdez no Alasca, em 1989 (Distrito, 2021).

Em resumo, ESG é uma sigla que representa três critérios essenciais - ambientais, sociais e de governança - usados para avaliar o desempenho de uma empresa. Esses critérios são importantes para investidores e outros interessados em compreender o impacto sustentável e responsável de um negócio, visando medidas ligadas à sustentabilidade ambiental, como emissões de gases de efeito estufa, uso de recursos naturais e políticas de conservação; de aspectos sociais: direitos humanos, diversidade, igualdade de gênero, saúde e segurança dos funcionários e bem-estar da comunidade e de governança corporativa, que engloba, por exemplo, a estrutura de propriedade, composição do conselho de administração, transparência nas divulgações financeiras e ética nos negócios (Principles for Responsible Investment, 2012).

Para auxiliar no entendimento de tais questões: em 2022, a BlackRock, maior gestora de ativos do mundo, fez uma pesquisa junto a 370 investidores de seguros de 26 mercados distintos, responsáveis por cerca de US\$ 28 tri em ativos sob gestão. Os entrevistados foram questionados sobre suas intenções de implementar metas amplas de ESG em seus portfólios nos próximos 24 meses, bem como sobre seu compromisso com objetivos climáticos específicos para seus investimentos: 67% deles relataram que provavelmente ou muito provavelmente implementarão tais metas em seus portfólios nos próximos 24 meses, sinalizando uma tendência de adoção de práticas sustentáveis entre os investidores de seguros (Blackrock, 2022).

No Brasil, a temática ESG tem sido cada vez mais constante nas discussões empresariais, não só pela ampliação da consciência dos empresários e da população em geral, mas também pela constatação de impactos sociais e ambientais danosos e relevantes como o do

desastre de Brumadinho, envolvendo uma das maiores mineradoras do mundo, a Vale (Passoni et al., 2022) e de fraudes de governança corporativa, como no caso do rombo contábil bilionário das Lojas Americanas (Girão & Barreto, 2023).

Nesse cenário, a indústria de seguros que desempenha um papel social e econômico de grande relevância em âmbito global e local, passa a dar atenção crescente aos fatores ESG. Essa maior observância e monitoramento decorre das interligações significativas entre o setor e tais temas: por um lado, o setor é impactado por questões ambientais, como os riscos climáticos, que exigem uma avaliação mais cuidadosa dos potenciais impactos nos seguros e por outro, a indústria desempenha um relevante papel social ao oferecer produtos que possibilitam amparar populações de baixa renda, por exemplo. Além disso, seguradoras são estruturadas para cobrir riscos, atender às regulamentações e contribuir para a formação da poupança nacional, o que implica uma necessidade de conformidade com princípios sólidos de governança corporativa.

Assim, o objetivo deste estudo é conduzir uma análise exploratória e descritiva das principais práticas ESG (ambientais, sociais e de governança) relatadas por seguradoras brasileiras listadas na Bolsa de Valores - B3, visando identificar e aprofundar a compreensão dessas práticas, bem como analisar os resultados obtidos ou esperados como resultado delas e eventuais lacunas ou pontos de melhoria para sua atuação futura.

Vale destacar que, muito embora o trabalho vá se ater às seguradoras listadas na B3, já há bons exemplos de iniciativas em empresas não listadas na bolsa brasileira, como a Metlife, que desenvolve ações voltadas para responsabilidade social, por meio da doação de tempo, dinheiro ou objetos, visando melhorar a vida dos beneficiados (Metlife, 2022), ou a Bradesco Seguros, que em seu primeiro Relatório de Sustentabilidade, destaca a realização de ações alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e aos Princípios do Pacto Global, englobando: investimento social, relacionamento com clientes, negócios sustentáveis, diversidade/inclusão, inovação e mudanças climáticas (Bradesco Seguros, 2022).

A fundamentação teórica do trabalho encontra-se na próxima seção. A metodologia será apresentada na terceira seção, seguida da exposição dos resultados obtidos e da análise realizada. As conclusões, contribuições e considerações finais compõem a seção final do estudo.

2 Referencial teórico

Nessa seção, são apresentados os conceitos e teorias que embasam este estudo, a saber: (1) Teoria dos *Stakeholders*, (2) Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e Sustentabilidade Empresarial e (3) Práticas ESG no Brasil.

2.1 Teoria dos *Stakeholders*

De acordo com Freeman (1984), o conceito de *stakeholders* abrange grupos ou indivíduos que têm o potencial de impactar ou serem impactados pela consecução dos objetivos de uma organização. Sua contribuição pioneira na abordagem desse tema tem servido como base para o desenvolvimento de estudos subsequentes relacionados à Teoria dos *Stakeholders*, estabelecendo um marco fundamental nessa área de pesquisa.

Já Rowley (1997), por meio da análise de redes sociais, propõe uma teoria que acomoda as demandas múltiplas e interdependentes de diversos *stakeholders*, concluindo que as organizações respondem à influência simultânea de vários *stakeholders*.

Roloff (2008) introduz uma discussão sobre a possibilidade de construção de uma rede maior e multifocal de *stakeholders*. A complexidade e interconexão dos mercados em que as empresas atuam levam a novas situações em que as informações sobre um problema são

coletadas de diferentes fontes, a aprendizagem ocorre por meio da interação entre esses diferentes atores, os conflitos entre as partes são tratados e há um maior foco na cooperação entre elas. No entanto, as corporações permanecem como elementos-chave nessas redes, uma vez que os problemas abordados estão geralmente relacionados às atividades empresariais.

Fassin (2010) introduz uma perspectiva dinâmica na Teoria dos *Stakeholders*, ilustrando processos de ação e reação que precipitam eventos, destacando o papel que certos *stakeholders* assumem na mobilização de outras partes interessadas, tornando-se um mecanismo importante para maximizar a conscientização sobre tópicos ligados à RSC, por exemplo.

Ribeiro (2016), em estudo bibliométrico sobre a Teoria dos *Stakeholders* em periódicos nacionais de Administração, Contabilidade e Turismo entre 1999 e 2013, identificou temas recorrentes nas discussões sobre ESG: RSC, Gestão Ambiental e Governança Corporativa. Por fim, Stocker et al. (2019), em revisão sistemática de 228 artigos coletados no Web of Science entre 1997 e 2017, abordaram a evolução da Teoria dos *Stakeholders*, indicando uma mudança de interesse das pesquisas: das relações centradas na organização para redes descentralizadas e com diversos atores.

2.2 Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e Sustentabilidade Empresarial

Autores seminais no campo da responsabilidade corporativa, já defendiam a ideia de que as empresas devem assumir responsabilidades além de suas obrigações legais e econômicas perante a sociedade (Carrol, 1999; Frederick, 1960; McGuire, 1963). Essas responsabilidades envolvem, por exemplo, a adoção de uma gestão ética, considerando questões como a qualidade de vida dos funcionários, o relacionamento com os *stakeholders* e a redução de impactos negativos na comunidade e no meio ambiente decorrentes das operações da empresa. Para ser considerada socialmente responsável, uma empresa deve basear suas ações em tais premissas.

O termo "responsabilidade social corporativa" (RSC) é frequentemente utilizado como sinônimo de outras expressões, como sustentabilidade empresarial, responsabilidade empresarial, cidadania corporativa, ética empresarial, desenvolvimento empresarial sustentável e gestão de partes interessadas (Carroll, 2015). Embora não haja um conceito uniforme e indiscutível, a ideia fundamental subjacente à RSC é que as empresas assumem responsabilidades que vão além do cumprimento de suas obrigações legais, abrangendo também questões ambientais, sociais e econômicas (Cai et al., 2012).

Assim, a criação e gestão de informações relacionadas à ética e responsabilidade social pelas empresas são elementos fundamentais desse contrato social implícito estabelecido entre a empresa e a sociedade. Nesse contexto, o descumprimento dessas obrigações sociais pode resultar na perda de legitimidade das organizações, impactando negativamente sua credibilidade perante a sociedade (Deegan, 2002).

Já o conceito de Sustentabilidade Empresarial tem sua origem no termo "desenvolvimento sustentável", introduzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1987, no conhecido relatório Brundtland. Esse conceito já era objeto de discussão desde os anos 1970 e se refere a um modelo de desenvolvimento que busca atender às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras (WCED, 1987). Ele busca unir o desenvolvimento econômico, a conservação ambiental e a redução da desigualdade global como metas éticas compartilhadas.

Tal conceito vem sendo mais aprofundado ao longo do tempo, relacionando-se com uma abordagem de gestão empresarial que busca alinhar os resultados da produção com os recursos do ambiente em que o processo ocorre, visando a promoção de um desenvolvimento sustentável (Lewis & Lewis, 2015), conciliando, em organizações sustentáveis, o equilíbrio entre objetivos, financeiramente viáveis, ambientalmente responsáveis e socialmente justos (Elkington, 2012).

Organizações de diferentes setores que integraram a Sustentabilidade Empresarial em suas estratégias principais, desde hospitalidade até gestão de resíduos, moda e finanças, demonstraram uma melhor capacidade de enfrentar e superar a crise sem precedentes causada pela pandemia de Covid-19. Essa abordagem permitiu que tais organizações compreendessem e mitigassem os impactos que exerciam sobre as comunidades, ecossistemas, consumidores e parceiros de negócios. Esse conhecimento aprimorado, proporcionou uma maior visibilidade de seus impactos, preparando-as para responder de forma maneira mais ágil e eficaz a situações imprevistas (Bridges & Eubank, 2020).

Em suma, pode-se dizer que há certo consenso entre os autores de que a Sustentabilidade Empresarial deve ser o norte do propósito organizacional, orientando a empresa a fazer o que é correto. Ela implica na construção da identidade empresarial por meio de compromissos baseados em valores que permeiam a cultura organizacional, levando em consideração os interesses dos *stakeholders* e suas implicações na estrutura, gestão, estratégia e tomada de decisões da organização.

2.3 Práticas ESG no Brasil

A sigla ESG ressalta a relevância dos aspectos sociais, ambientais e de governança, trazendo uma abordagem mais crítica em relação à forma como uma empresa é gerida, seu impacto positivo na sociedade e seu efeito no meio ambiente. Todos esses fatores, de forma cumulativa, determinam o desempenho geral da organização (Remchukov & Rozhok, 2020).

As práticas ESG, ao englobar aspectos ambientais, sociais e de governança, estão se tornando cada vez mais centrais às empresas brasileiras comprometidas com a sustentabilidade e o impacto positivo. Nos últimos anos, o termo ESG e suas práticas associadas têm ganhado destaque, impulsionados pela crescente preocupação do mercado financeiro com tal temática. Questões ambientais, sociais e de governança são consideradas em análises de risco e decisões de investimento, pressionando as empresas a adotarem a sustentabilidade empresarial. De acordo com relatório da consultoria PwC, estima-se que até 2025, 57% dos ativos de fundos mútuos na Europa estejam em fundos que seguem critérios ESG, totalizando US\$ 8,9 tri e, além disso, 77% dos investidores institucionais pesquisados planejam não adquirir mais produtos que não atendam a esses critérios já a partir de 2024 (Pacto Global Rede Brasil, 2021).

As práticas ESG têm como base a Agenda 2030, criada pela ONU em 2015 e que busca abordar as dimensões social, ambiental e econômica por meio dos 17 ODS, que abrangem áreas como: erradicação da pobreza, fome zero e agricultura sustentável, saúde e bem-estar, educação de qualidade, igualdade de gênero, acesso à água potável e saneamento básico, energia limpa e acessível, consumo e produção responsáveis e redução das desigualdades (Distrito, 2021).

A abordagem ESG para as Sociedades Anônimas de capital aberto no Brasil reforça que não há, ou ao menos não deveria haver, um dilema entre lucratividade e sustentabilidade. A sociedade não aceita mais essa visão, e as empresas que não caminharem nessa direção arriscam sua própria perenidade (Redecker & Trindade, 2021). No entanto, vale mencionar que o tema ESG e suas práticas ainda são alvo de questionamentos: embora existam estudos que indiquem o aumento do valor de mercado de empresas que adotam essas práticas, especialmente devido à melhora em sua reputação corporativa (Mazzioni et al., 2023), aspectos relevantes devem ser tratados a médio e longo prazo, como indicativos de que essas práticas elevam o custo de capital das empresas (Macedo et al., 2022) e que, no curto prazo, geram impacto negativo em seu desempenho financeiro (Duda et al., 2022). Tais aspectos indicam que o investimento em sustentabilidade deve ser visto como algo estratégico, de longo prazo e como parte de uma agenda mais ampla que visa o bem-estar ambiental, organizacional e, consequentemente, social.

A importância do tema no mercado financeiro brasileiro, incluindo o setor de seguros, é evidenciada, por exemplo, pelo surgimento de propostas de regulação para a classificação de Fundos de Investimento com base em critérios ESG (Santos et al., 2021). No setor bancário, há indícios de uma associação direta e intensa entre os fatores ESG relatados pelos bancos e o valor adicionado e distribuído aos *stakeholders* (Forte et al., 2020). Carlos e Moraes (2021), em estudo sobre iniciativas de Responsabilidade Social no setor financeiro revelaram que instituições que aderiram às diretrizes de finanças sustentáveis e são signatárias dos Princípios de Responsabilidade Bancária (PRB), realizaram investimentos de impacto social durante a pandemia de Covid-19, indicando terem um maior engajamento com a responsabilidade social em escala global, reforçando a importância desses temas.

Por fim, indicando o fortalecimento das discussões sobre a agenda ESG no Brasil, o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3), criado em 2005, desempenha um papel fundamental ao buscar ser um indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de empresas selecionadas por seu comprometimento reconhecido com a sustentabilidade empresarial. O ISE B3 conta com 68 empresas em sua composição e destaca-se como referência em opções de investimento socialmente responsáveis no Brasil, apresentando um desempenho histórico acima dos índices da B3 e atuando como um indutor de boas práticas empresariais, alinhado a padrões internacionais (B3, 2023).

3 Metodologia

A pesquisa em questão pode ser classificada como qualitativa em termos de abordagem do problema (Godoi et al., 2010), recomendada para a exploração e compreensão de problemas ou questões de forma mais complexa (Creswell, 2014).

Em busca realizada em junho de 2023, foram identificadas seis seguradoras listadas na B3: BB Seguridade, Caixa Seguridade, Cia Seguros Aliança da Bahia, Consórcio Alfa, IRB Re e Porto Seguro S/A (B3, 2023). O Quadro 1, apresenta breve descrição das empresas que descrevem práticas ESG em seus *websites* de Relações com Investidores (RI), motivo pelo qual serão estudadas: (1) BB Seguridade, (2) Caixa Seguridade, (3) IRB Re e (4) Porto Seguro S/A.

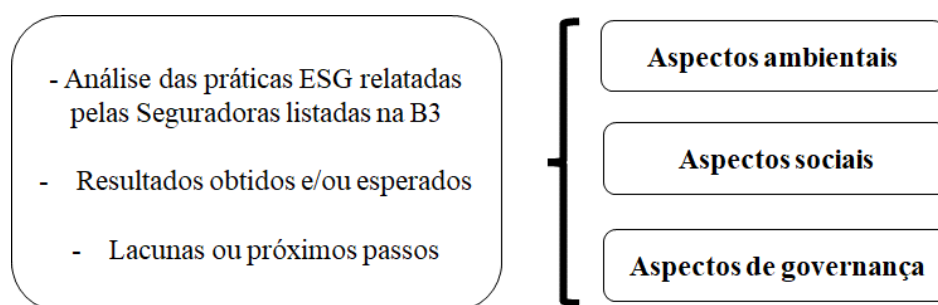
Quadro 1. Organizações analisadas no estudo

Organização	Breve descrição
BB Seguridade	Empresa de participações que concentra as atividades de seguridade no BB (seguros, previdência, capitalização, planos odontológicos e corretora de seguros). Atingiu no 1º. Tri/23: R\$3,7 bi em prêmios de seguros, R\$14,8 bi de contribuições em planos de previdência, R\$ 1,4 bi em arrecadação em títulos de capitalização e R\$ 1,2 bi em receitas de corretagem, perfazendo um lucro líquido de R\$ 1,76 bi (BB Seguridade, 2023).
Caixa Seguridade	Braço de seguros da CEF para a exploração da rede de agências nos segmentos de seguros, previdência, capitalização e consórcios. Atingiu no 1º. Tri/23: R\$2,23 bi em prêmios emitidos, R\$6,98 bi em recursos acumulados (previdência, consórcio e capitalização) e R\$474 mi em receitas de corretagem, perfazendo um lucro líquido de R\$ 840 mi (Caixa Seguridade, 2023).
IRB Re	Líder no mercado brasileiro de resseguros, teve no 1º. Tri/23 prêmio emitido no Brasil de R\$1,01 bi (decréscimo de 19% em relação a 2022, queda em Patrimonial e Rural) e R\$576,9 mi no exterior (queda de 25% em relação a 2022, em linha com a estratégia divulgada, de emitir 80% dos prêmios no Brasil e completar o portfólio, prioritariamente, com operações na América Latina (15%) e outros mercados (5%). Desde 2020, atua para reconstrução de suas finanças e ressignificação de sua governança e de seus negócios (IRB Re, 2023)
Porto Seguro S/A	É a 3ª maior seguradora do Brasil e líder no segmento de não vida, com 12,3 milhões de clientes distribuídos em quatro verticais de negócios: seguros, saúde, negócios financeiros e serviços, atingindo no 1º. Tri/23 R\$ 7,24 bi em receitas e R\$ 333 mi de lucro líquido. Estrutura operacional e de distribuição com cerca de 13 mil funcionários, 33 mil corretores independentes e 13 mil prestadores de serviço (Porto Seguro, 2023).

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2023)

Para a análise das empresas, foram consultados nos *websites* de RI, materiais como: Relatórios da Administração, Relatórios de Sustentabilidade e Apresentações Institucionais. Esses recursos foram utilizados para identificar as práticas ESG relatadas pelas empresas, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1. Modelo conceitual do estudo



Fonte: elaborado pelo autor (2023)

A análise documental visa identificar informações pontuais nos documentos a partir de questões de interesse, sendo aqui, as descrições relatadas pelas seguradoras sobre suas práticas ambientais, sociais e de governança. Tal técnica foi empregada tanto para a coleta quanto para a análise dos dados, uma vez que os Relatórios de RI se enquadram como tipos de documentos que são considerados na análise documental, que também aplica-se à análise de leis, regulamentos, normas, pareceres, memorandos, entre outros (Sant Ana & Lemos, 2018).

4 Análise dos resultados e Discussões

Com base nos materiais consultados, foi possível verificar as práticas ESG relatadas pelas companhias. O Quadro 2 apresenta breve resumo dos principais destaques ESG relatados.

Quadro 2. Principais destaques ESG relatados pelas organizações do estudo

Organização	Breve descrição das principais práticas ESG relatadas
BB Seguridade	Integração das práticas ESG em Investimentos (gestão de ativos e novos projetos) e Produtos; criação de Agenda ESG compartilhada por todas as empresas da holding BB Seguridade (BB Seguridade, 2023).
Caixa Seguridade	Adesão ao ciclo 2023 do Programa Brasileiro GHG Protocol: maior registro público de emissões da América Latina, para enfrentamento das mudanças climáticas (Caixa Seguridade, 2023).
IRB Re	Criação de Agenda e Política ESG (em junho de 2022), para ampliação do engajamento nos modelos de negócios e processos de tomada de decisão não só na companhia, mas em todo o ecossistema, buscando definir da forma mais clara possível, as responsabilidades das diversas áreas envolvidas, como: Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Grupos de Trabalho e áreas funcionais (IRB Re, 2023).
Porto Seguro S/A	Ingresso, em 2022, no Pacto Global da ONU, reforçando seu compromisso com os 17 ODS e com os princípios de proteção aos direitos humanos, meio ambiente, combate à corrupção e defesa de condições justas de trabalho (Porto Seguro, 2023).

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2023)

Na sequência, serão analisadas de forma mais detalhada as principais ações e/ou projetos relatados, dividindo-se em práticas focadas: (1) em aspectos ambientais, (2) em aspectos sociais e (3) em aspectos de governança, visando identificar e ter um melhor entendimento de tais

práticas, bem como apresentar os resultados obtidos e/ou esperados, quando relatados pelas empresas, além de dar suporte à identificação de lacunas e/ou próximos passos ou pontos de melhoria envolvendo os fatores ESG.

4.1 Principais práticas relatadas – aspectos ambientais

Os principais projetos, práticas e ações relatadas pelas empresas em seus materiais institucionais e de RI, sob a ótica ambiental, encontram-se no Quadro 3.

Quadro 3. Principais projetos, ações e resultados de práticas ambientais relatadas

Seguradora	Principais projetos, ações e resultados
BB Seguridade	(1) Riscos climáticos: projeto de sensoriamento remoto de lavouras, ganhador do Prêmio ECO 2021 de práticas sustentáveis e (2) adesão voluntária à prática de elaboração do inventário de gases do efeito estufa (GEE), para embasar planos de mitigação e compensação de emissões ao longo da cadeia de valor (BB Seguridade, 2023).
Caixa Seguridade	(1) Criação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), para gestão de riscos socioambientais, aprimorada a partir da Consulta Pública 44, de 2021, para assegurar monitoramento de riscos ligados a fatores ambientais, sociais e climáticos e (2) desenvolvimento de soluções inovadoras para combate e/ou mitigação dos mesmos (Caixa Seguridade, 2023).
IRB Re	(1) Inclusão na Agenda ESG, da previsão de novos critérios a serem observados na atuação dos times de subscrição, sinistros e gestão de ativos, para fazer frente à nova realidade de relevância e proporcionalidade em riscos decorrentes das mudanças climáticas em curso, definindo inclusive as diferentes vertentes de riscos climáticos: físicos, de transição e de litígio (IRB Re, 2023).
Porto Seguro S/A	(1) Programa contínuo de gestão de resíduos, reuso de água e consumo de energia elétrica (para redução de impacto ambiental); (2) Carteirinhas de Saúde Digitais: economia de 2 MM de litros de água e redução da emissão de 7 T de CO ₂ na atmosfera; (3) Renova Ecopeças: empresa de reciclagem de carros (2472, em 2022) e peças (58 mil, em 2022) – com faturamento de R\$38,6 M (90% de crescimento 2021/22); (4) uso de frota elétrica nas operações (50 bikes, 1 moto, 5 caminhões, 16 carros e 30 pontos de recarga nos Centros Automotivos de SP, para clientes e não clientes); (5) 1 moto aquática para resgates em situações de enchentes e uso da 1ª ambulância elétrica da América Latina e (6) Programa de Educação Socioambiental com mais de 1100 usuários ativos e 2990 conteúdos gerados, com 98% de recomendação entre os usuários (Porto Seguro, 2023).

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2023)

É recorrente o relato de práticas ligadas à redução de emissão de gases do efeito estufa (GEE) – especialmente pela digitalização de processos internos e da Ecoeficiência, com ações ligadas a seus prédios administrativos, como otimização e redução de consumo de energia, água e reciclagem de resíduos, valendo, no entanto, frisar que as empresas, em sua totalidade, apresentam operações que possuem baixo impacto ambiental – sendo quase que totalmente desenvolvidas em edifícios comerciais.

Iniciativas mais avançadas, como a da Porto Seguro, com a adoção de frota elétrica e vertente de negócio voltada à reciclagem de veículos, peças e destinação de resíduos automotivos, ainda são novidade no setor, o que indica haver espaço para avanço de práticas ambientalmente responsáveis por parte das seguradoras brasileiras, especialmente quando são avaliados os negócios por elas assegurados que possuem maior impacto ambiental, como o agronegócio e atividades industriais.

Uma vertente mencionada por todas as empresas analisadas, mas que ainda se encontra em estágio inicial no mercado, é a que se relaciona com o desenvolvimento de soluções que lidem com a prevenção e gerenciamento dos riscos ambientais e climáticos, que têm se mostrado cada vez mais severos e preocupantes.

Por fim, um aspecto que indica amplo espaço para desenvolvimento, tendo sido mencionado apenas pela Porto e ainda envolvendo um pequeno número de pessoas, são as ações educacionais com foco em riscos socioambientais, tão presentes e recorrentes junto a regiões mais carentes (Passoni et al., 2022; Santana & Farias, 2021), bem como o desenvolvimento de soluções que mitiguem os efeitos dos riscos da mudança climática junto ao agronegócio (nicho da BB Seguridade) e a oferta de proteções de microsseguros em Programas sociais (nicho da Caixa Seguridade).

4.2 Principais práticas relatadas – aspectos sociais

Em estudo da KPMG, várias seguradoras revelaram a intenção de adotar e reforçar estratégias de colaboração digital e ferramentas de comunicação, visando engajar os clientes principalmente por meio de plataformas digitais, com uma abordagem operacional digitalizada, o que tende a fortalecer os fatores sociais no mercado brasileiro de seguro (Bueno, 2021b).

No entanto, os fatores sociais que afetam a atuação no mercado segurador brasileiro vão além dos avanços digitais e operacionais, conforme pode-se verificar no Quadro 4.

Quadro 4. Principais projetos, ações e resultados de práticas sociais relatadas

Seguradora	Principais projetos, ações e resultados
BB Seguridade	(1) Implementação de práticas de atração e seleção que impeçam discriminação por gênero, cor, origem, estado civil, idade ou situação familiar, (2) ações de equidade e agenda voltada para ações de gênero, etnia/raça, pessoas com deficiência (PcD) e LGBTQIA+, (3) já implementada a prática de não haver distinção de remuneração entre pessoas que ocupem a mesma função, (4) Projeto Primeiros Passos: esclarecimento sobre gravidez, filhos e planejamento familiar, para a sociedade em geral, com divulgação pelos canais do Banco do Brasil e (5) reforço constante da presença de mulheres em posições de liderança nas empresas da holding: na Brasilseg, mulheres são 20% do quadro total e 46% dos gestores; na Brasilprev, 43% do quadro total e 34% dos gestores e na Brasilcap, 20% do quadro total e 42% dos gestores (BB Seguridade, 2023).
Caixa Seguridade	(1) Manutenção e ampliação de canais de atendimento (lotéricas e correspondentes, p. ex.) em regiões menos favorecidas, (2) desenvolvimento e oferta de microsseguros de pessoas, prestamistas e habitacionais, (3) projeto de Educação Financeira, com apoio da CEF, com foco em reestruturação de dívidas e planejamento do futuro (clientes) e ações de controle e planejamento orçamentário de funcionários – Programa “de bem com as contas” (Caixa Seguridade, 2023).
IRB Re	(1) Programas de fornecimento de kit escolar, brinquedos, alimentos e roupas para pessoas em condição de vulnerabilidade social e eventos inclusivos (Natal e Dia das Crianças), (2) patrocínio de projetos esportivos em comunidades do RJ, (3) Programa de Responsabilidade Socioambiental, com a área de Marketing como responsável pelo reporte interno e externo das ações e resultados e (3) área de Pessoas: programas de equidade, inclusão e segurança psicológica dos colaboradores (IRB Re, 2023).
Porto Seguro S/A	(1) Apoio às vítimas de deslizamentos no Litoral Norte de SP (fev./23), (2) ação conjunta com o Instituto Ação pela Paz, para recolocação de egressos do sistema prisional, (3) Programa Porto Voluntário, com mais de 580 colaboradores e 53 ações em 2022, junto a 17 instituições, como: promoção do 1º. Emprego, mentorias, práticas esportivas), (4) 3ª. Melhor empresa para se trabalhar (GPTW), (5) patrocínio da Associação Crescer Sempre, da comunidade de Paraisópolis (SP), com mais de 550 jovens e crianças atendidos em atividades de reforço escolar (ensino fundamental e médio) e cursos profissionalizantes, (6) Programas de equidade, diversidade e inclusão e (7) mulheres representam 58% do quadro geral e 44% dos cargos de gestão (Porto Seguro, 2023).

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2023)

Há diversos aspectos sociais que podem ser abordados em projetos e iniciativas empresariais, tais como gênero, raça, religião, orientação sexual e condição social, entre outros. No entanto, é possível observar que as ações mencionadas podem ter diferentes objetivos, como aquelas direcionadas à região onde a empresa está sediada - Porto Seguro, localizada no bairro Campos Elíseos, em São Paulo, é uma região socialmente vulnerável, com uma forte presença do tráfico de drogas e dependentes químicos e IRB Re, que tem sua sede no Rio de Janeiro, e busca atuar de forma integrada às comunidades locais. Além disso, as empresas também podem estabelecer parcerias em virtude dos seus laços com entidades do setor público, como a BB Seguridade e a Caixa Seguridade.

Foram identificadas ações de apoio e incentivo à diversidade e igualdade de oportunidades, principalmente em questões de gênero, em todas as empresas analisadas. Também foi possível perceber uma tendência emergente, com potencial de crescimento nos próximos anos, do aumento na oferta de produtos voltados a populações de baixa renda, muito embora essa tendência só seja mencionada de forma mais evidente pela Caixa Seguridade. Além disso, nota-se um esforço mais coordenado na promoção da Educação Financeira em geral e no uso adequado das soluções de seguro, visando contribuir ativamente para os esforços de inclusão financeira e social na sociedade brasileira.

4.3 Principais práticas relatadas – aspectos de governança

Vale lembrar que as empresas aqui analisadas são de capital aberto, listadas na B3 e, portanto, possuem a responsabilidade de cumprir diversos aspectos de Governança Corporativa. Esses aspectos incluem a composição do conselho, a estrutura do comitê de auditoria, a conduta e remuneração dos executivos, as relações com entidades governamentais, a existência de canais de denúncia, entre outros. O Quadro 5 apresenta de forma consolidada, as principais ações relatadas pelas empresas sob a perspectiva da governança.

Quadro 5. Principais projetos, ações e resultados de práticas de governança relatadas

Seguradora	Principais projetos, ações e resultados
BB Seguridade	(1) Desenvolvimento de ambiente de gestão do programa de integridade (Controles Internos), (2) criação e divulgação das políticas de: Governança; Indicação e Sucessão; Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade; Prevenção e combate à lavagem de dinheiro; Prevenção e combate à corrupção; Transações com partes relacionadas; Dividendos e Privacidade/Proteção de dados pessoais (BB Seguridade, 2023).
Caixa Seguridade	(1) Comitês de: Auditoria Interna, Transações com partes relacionadas, Auditoria e Elegibilidade, (2) única subsidiária com pontuação máxima e Nível 1 (máximo) do IG SEST (índice de governança de estatais), (3) implementação de Programas de Prevenção à lavagem de dinheiro e combate à corrupção, (4) Compliance em linha com a nova Lei das Estatais (13303/2016) e (5) Programa de Gerenciamento de Riscos (estratégicos, financeiros, operacionais e regulatórios) (Caixa Seguridade, 2023).
IRB Re	Criação e divulgação de política de atribuição de responsabilidade do Jurídico: condução de contratos, negociações e processos à luz da ótica ESG – p. ex.: prevenção ao trabalho escravo e infantil, respeito ao meio ambiente, diversidade e combate a todas as formas de corrupção (IRB Re, 2023).
Porto Seguro S/A	(1) Prêmios Monitor Empresarial de Reputação Corporativa (Merco) 2022: 1º lugar em Reputação Corporativa na categoria Seguros e 16º lugar no ranking geral; 1º lugar em Responsabilidade ASG 2021 na categoria Seguros e 26º lugar no ranking geral, (2) Comitês de: Auditoria; Pessoas; Remuneração; Risco Integrado; Ética e conduta; Investimentos; Marketing e Digital, (3) Gestão dos riscos materiais de: subscrição, crédito, liquidez, capital, mercado, taxa de juros da carteira, operacional, reputação, compliance, cibernéticos, socioambientais e climáticos (Porto Seguro, 2023).

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2023)

A BB Seguridade e a Caixa Seguridade, além dos aspectos de governança relacionados à sua listagem na B3, apresentam pontos adicionais de atenção em sua governança dada sua conexão com bancos públicos. Isso inclui o respeito à Lei das Estatais e às exigências estabelecidas para Licitações e Contratos. Além disso, há uma especial atenção às formas permitidas por lei para participações societárias e indicação de administradores para as empresas participadas.

Vale destaque do caso do IRB Re, que em 2020 passou por uma crise de credibilidade, ainda em fase final de superação: a antiga gestão prestou informações inverídicas sobre sua base acionária, levando à instalação de uma fiscalização especial da Susep devido à insuficiência dos ativos garantidores de provisões técnicas. Além disso, houve a necessidade de reapresentação dos balanços de 2019 e 2018 para refletir a real situação financeira da empresa, o que exigiu a busca por aporte adicional de capital, o que foi particularmente desafiador em meio à pandemia de COVID-19 (Bueno, 2021a).

Esse caso ilustra a importância de uma atenção constante aos aspectos de governança e à efetividade dos controles exigidos. Também ressalta a necessidade de uma análise crítica das informações empresariais em geral, como Relatórios de RI e Demonstrações Financeiras. No caso do IRB Re, esses documentos foram alvo de adulteração por parte da antiga gestão, demonstrando a importância de uma abordagem vigilante e responsável em relação à governança corporativa.

5 Conclusões/Considerações finais

De forma geral, nos últimos anos, tem havido um aumento significativo do interesse e da conscientização em relação aos critérios ESG no setor financeiro em todo o mundo, inclusive no mercado segurador brasileiro, que tem reconhecido a importância de incorporar fatores ESG em suas estratégias de negócios, não apenas para mitigar riscos relacionados a questões ambientais e sociais, mas também para buscar oportunidades de investimento sustentáveis.

É importante destacar que o nível de profundidade das práticas ESG no mercado segurador brasileiro ainda é nascente e encontra-se em constante evolução. À medida que a conscientização e a demanda dos clientes por produtos e serviços sustentáveis aumenta, é esperado que mais seguradoras adotem e aprofundem suas práticas ESG, adaptando-se às mudanças no mercado e às expectativas dos *stakeholders*.

Este trabalho identificou os principais projetos e ações sobre práticas ESG relatados nos materiais de RI de quatro seguradoras listadas na B3, com vistas a um melhor entendimento de tais práticas e seus resultados obtidos e/ou esperados, bem como indicar lacunas ou pontos de melhoria nesses mesmos aspectos, podendo-se dizer que a pesquisa alcançou tal objetivo.

A análise foi feita considerando os relatos feitos pelas empresas analisadas sobre: (1) práticas ligadas a aspectos ambientais, (2) práticas ligadas a aspectos sociais e (3) práticas ligadas a aspectos de governança, tendo sido identificadas como práticas mais recorrentemente relatadas:

1. Ambientais:

a) Ações e projetos de gestão de emissão de gases do efeito estufa (GEE) e ecoeficiência, como a redução do consumo de energia e água, reciclagem e logística reversa.

b) Embora em estágio inicial, a inclusão de riscos climáticos e socioambientais nas práticas de subscrição e sinistros das seguradoras analisadas.

c) Melhorias operacionais para apoiar modelos de negócios baseados em reciclagem e eletrificação de frotas operacionais.

d) Criação e implementação, embora em estágio inicial, de programas de educação socioambiental.

2. Sociais:

a) Ações para aumentar e reforçar a diversidade e igualdade de oportunidades, com ênfase especial em questões de gênero, embora ainda com foco predominante no público interno.

b) Ampliação das ações sociais com foco na comunidade, especialmente em grupos vulneráveis, como egressos do sistema prisional e jovens e crianças de comunidades desfavorecidas.

3. Governança: além dos aspectos obrigatórios de governança, como composição do Conselho de Administração, existência de comitês e canais de denúncia, bem como ações de combate à corrupção e prevenção à lavagem de dinheiro, as empresas analisadas relataram iniciativas mais avançadas para a gestão de riscos reputacionais. Também houve a criação de áreas específicas e/ou designação de responsáveis por acompanhar os assuntos relacionados às práticas ESG.

Quanto a práticas menos relatadas (podendo ser consideradas como lacunas de atuação) e/ou com potencial de desenvolvimento ao longo dos próximos anos, foram identificadas:

1. Ambientais: soluções mais abrangentes, como produtos e serviços, para prevenção e gerenciamento de riscos ambientais e climáticos, que estão apresentando impactos crescentes em termos de severidade e frequência.

2. Sociais: produtos e serviços inclusivos, como microsseguros para a população de baixa renda, e projetos de educação financeira e uso consciente do seguro, visando uma atuação mais efetiva e institucional do setor na promoção da inclusão financeira e social. Essas iniciativas ainda estão em estágio inicial, mas possuem um amplo potencial de crescimento no mercado brasileiro.

3. Governança: reforço de práticas adicionais às obrigatórias, como a segregação de funções, o duplo reporte de áreas como Compliance e Gestão de Riscos, e a revisão constante dos controles e sua efetividade. É importante considerar as práticas ESG não apenas como algo opcional ou "da moda", mas como elementos essenciais na governança corporativa.

Pode-se indicar como contribuições acadêmicas desta pesquisa: a associação da temática ESG à Teorias dos Stakeholders, Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e Sustentabilidade Empresarial; quanto à relevância prática, pode ser apontada, especificamente aos gestores e demais interessados no mercado segurador brasileiro quanto ao avanço das discussões, projetos e ações quanto à preocupação com a preservação do meio ambiente, o combate a preconceitos sociais, sejam de cor, gênero, religião ou quaisquer outros e com a defesa de políticas de governança responsáveis e efetivas.

São limitações deste estudo: (1) a amostra não é plenamente representativa do mercado brasileiro – por conta de serem listadas na B3 e possuírem área de RI devidamente estruturada e com materiais atualizados, a amostra foi de apenas quatro seguradoras, ao passo que existem mais de 70 grupos seguradores ativos no Brasil, o que impede a generalização dos resultados obtidos e (2) a análise ter sido baseada apenas em documentos divulgados pelas empresas, o que não permitiu triangulação com outras fontes, como consulta a documentos internos, entrevistas com parceiros, colaboradores, fornecedores, clientes etc.

Ficam como sugestão de estudos futuros: (1) a realização de pesquisa sobre ações e projetos ligados a práticas ESG com seguradoras não listadas na B3, (2) estudos sobre práticas ESG em outros mercados, que não o segurador e (3) a realização de estudos com maior detalhamento e fontes de informação, como pesquisa quantitativa junto a funcionários, clientes, parceiros e demais *stakeholders*, com amostras estatisticamente representativas, buscando assim maior poder de triangulação, dada a tendência das informações prestadas pelas organizações acerca de si mesmas não necessariamente apresentarem um elevado nível de

autocrítica, evitando a contemplação de eventuais fatores negativos ou lacunas de sua atuação, que também devem ser objeto de investigação futura.

Por fim, pode-se dizer que o avanço de práticas ESG no mercado segurador brasileiro pode trazer benefícios a diversos *stakeholders*, como clientes, investidores e a sociedade como um todo, incluindo as próprias seguradoras. Os clientes podem ter acesso a produtos e serviços de seguros mais sustentáveis; os investidores podem investir em empresas que operam de forma sustentável e obter retornos financeiros superiores; as seguradoras podem reduzir seus riscos, melhorar sua imagem e aumentar sua competitividade e a sociedade como um todo pode se beneficiar de um meio ambiente mais limpo e de uma economia mais justa e equitativa.

6 Referências

- B3. (2023). B3. http://www.b3.com.br/pt_br/
- BB Seguridade. (2023). BB Seguridade. <http://www.bbseguridaderi.com.br/>
- Blackrock. (2022). *Adapt and thrive: Insurers seek opportunity in the changing world - 2022 Global Insurance Report*.
- Bradesco Seguros. (2022). *Bradesco Seguros - Relatório de Sustentabilidade 2022*.
- Bridges, T., & Eubank, D. (2020). *Leading sustainably : the path to sustainable business and how the SDGs changed everything*. London: Routledge.
- Bueno, D. (2021a). *Depois de enfrentar a pandemia e de arrumar a casa em 2020, IRB Brasil Re está otimista com 2021*. Blog Sonho Seguro.
- Bueno, D. (2021b). *Para mais de 34% dos CEOs do setor segurador, negócios não deverão voltar à normalidade até o ano que vem*. Blog Sonho Seguro.
- Cai, Y., Jo, H., & Pan, C. (2012). Doing well while doing bad? CSR in controversial industry sectors. *Journal of Business Ethics*, 108(4), 467–480.
- Caixa Seguridade. (2023). *Caixa Seguridade*. <http://www.ri.caixaseguridade.com.br/>
- Carlos, M. da G. de O., & Moraes, D. O. C. de. (2021). Responsabilidade Social Em Instituições Financeiras E Investimentos Responsáveis Em Tempos De Pandemia. *Revista Gestão e Desenvolvimento*, 18(2), 26–55. <https://doi.org/10.25112/rgd.v18i2.2489>
- Carrol, A. B. (1999). Corporate social responsibility: evolution of a definitional construct. *Business and Society*, 38(3), 268–295.
- Carroll, A. B. (2015). Corporate social responsibility: The centerpiece of competing and complementary frameworks. *Organizational Dynamics*, 44(2), 87–96.
- CNSEG. (2022). *CNSEG - Estatísticas*. Análises e Estatísticas. <https://cnseg.org.br/analises-e-estatisticas.html>
- CNSEG. (2023). *Plano de Desenvolvimento do Mercado de Seguros*.
- Creswell, J. W. (2014). *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. 3a. ed. Porto Alegre: Penso.
- Deegan, C. R. A. I. G. (2002). Introduction: the legitimising effect of social and environmental disclosures. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15(3), 282–311.
- Distrito. (2021). *inside ESG TECH . REPORT*.
- Duda, E. do N., Silva, D. J. C. da, Lagioia, U. C. T., & Santos, M. A. (2022). CULTURA SUSTENTÁVEL RIMA COM BOM DESEMPENHO? UM ESTUDO DAS EMPRESAS LISTADAS NO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE). *RGSA*, 16(2), 1–18.
- Elkington, J. (2012). *Canibais com garfo e faca: edição histórica de 12 anos* São Paulo: M. Books.
- Fassin, Y. (2010). A dynamic perspective in Freeman's stakeholder model. *Journal of Business Ethics*, 96(July), 39–49. <https://doi.org/10.1007/s10551-011-0942-6>

- Forte, H. C., Silva, L. K. S., Gomes, L. A. da S., Soares, R. A., & Forte, F. C. (2020). Influência das Controvérsias ASG sobre o Desempenho dos Relatórios de Responsabilidade Social Corporativa: uma Análise das Empresas Listadas na B3. *XLIV EnANPAD*.
- Frederick, W. C. (1960). The growing concern over business responsibility. *California Management Review*, 2(4), 54–61.
- Freeman, R. E. (1984). *Strategic management: a stakeholder approach*. Massachussets: Pitman.
- Girão, M., & Barreto, L. M. (2023). Americanas : nem tudo o que reluz é ouro. *Cadernos EBAPE.BR*, 1–20.
- Godoi, C. K., Silva, A. B. ., & Melo, R. B. (2010). *Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais – paradigmas, estratégias e métodos*. 2a. ed. São Paulo: Saraiva.
- IRB Re. (2023). *IRB Re*. <https://ri.irbre.com/>
- Lewis, E., & Lewis, E. (2015). Triple Bottom Line. *Organizações e Sustentabilidade*, 3, 272–285.
- Macedo, P. de S., Rocha, P. S., Rocha, E. T., Tavares, G. F., & Jucá, M. N. (2022). O Impacto do ESG no Valor e Custo de Capital das Empresas. *Contabilidade Gestão e Governança*, 25(2), 159–175. <https://doi.org/10.51341/cgg.v25i2.2802>
- Mapfre Economics. (2021). *GIP-MAPFRE 2021*.
- Mazzioni, S., Ascari, C., Rodolfo, N. M., & Magro, C. B. D. (2023). REFLEXOS DAS PRÁTICAS ESG E DA ADESÃO AOS ODS NA REPUTAÇÃO CORPORATIVA E NO VALOR DE MERCADO. *RGO - Revista Gestão Organizacional*, 16(3), 59–77.
- McGuire, J. W. (1963). Business and society. *Technology and Culture*, 5(3), 478–480.
- Metlife. (2022). *Relatório De Responsabilidade Social Metlife 2022*.
- Pacto Global Rede Brasil. (2021). *Pacto Global Rede Brasil*. <https://www.pactoglobal.org.br/>
- Passoni, C. M., Scabin, F. S., Pereira, G. A., Pádua, J. C. M. de, Almeida, L. S. P. de, Carvalho, M. C. de A., Asperti, M. C. de A., & Hojaij, T. B. (2022). Enchentes, barragens e desastres: Quem é o responsável por um desastre tecnológico? *FGV Direito SP*.
- Porto Seguro. (2023). *Porto Seguro*. <http://ri.portoseguro.com.br/>
- Principles for Responsible Investment. (2012). *Integrating ESG Issues Into Executive Pay: environmental, social and governance*.
- Redecker, A. C., & Trindade, L. de M. (2021). Práticas De Esg Em Sociedades Anônimas De Capital Aberto: Um Diálogo Entre a Função Social Instituída Pela Lei N 6.404/76 e a Geração de Valor. *RJLB*, 7(2), 59–125.
- Remchukov, M., & Rozhok, D. (2020). *Why COVID-19 is a litmus test for corporate attitudes to sustainability*. World Economic Forum.
- Ribeiro, H. C. M. (2016). Teoria dos Stakeholders: um estudo bibliométrico de sua produção acadêmica divulgada nos periódicos nacionais de 1999 a 2013. *Contextus*, 14(1), 163–192.
- Roloff, J. (2008). A life cycle model of multi-stakeholder networks. *Business Ethics: A European Review*, 17(3), 311–325. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8608.2008.00537.x>
- Rowley, T. J. (1997). Moving beyond Dyadic Ties: A Network Theory of Stakeholder Influences. *The Academy of Management Review*, 22(4), 887. <https://doi.org/10.2307/259248>
- Sant Ana, W. P., & Lemos, G. C. (2018). Metodologia Científica: a pesquisa qualitativa nas visões de Lüdke e André. *Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar*, 4(12), 531–541. <https://doi.org/10.21920/recei72018412531541>
- Santana, J. S. de, & Farias, Ú. P. L. de. (2021). Racismo Ambiental : a divisão racial da cidade de Salvador e os impactos ambientais. *Educação Sem Distância*, 4, 1–22.

- Santos, D. J. F. dos, Secomandi, F. H., Silva, J. A., & Costa, V. M. (2021). Proposta de Regulação para classificação de Fundos de Investimento sob a temática ASG / ESG (Ambiental, Social e Governança). *Boletim Economia Empírica*, 2(8), 63–69.
- Stocker, F., Mascena, K. M. C., Azevedo, A. C., & Boaventura, J. M. G. (2019). Teoria de Redes de Influências de “Stakeholders”: uma abordagem revisitada. *Cadernos EBAPE.BR*, 17(spe), 673–688. <https://doi.org/10.1590/1679-395176683>
- WCED. (1987). *Our common Future*.